

1 **Ata da Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA,**
2 realizada aos catorze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, com início às
3 catorze horas e trinta e cinco minutos em segunda chamada, nas dependências do
4 Auditório do Empreendedorismo, situado na Rua Dom Pedro II, número vinte e cinco,
5 Centro Histórico em Santos, São Paulo. Participantes: **Cristiane Zamari Diogo** –
6 CODEP/SEGOV (Titular), **Tiago Leal dos Santos** – CODEP/SEGOV (Suplente), **Juliana**
7 **Cunha Carlini** – 1º SIEDI (Suplente), **Fernanda Rodrigues Alarcon** – 2º SIEDI (Titular),
8 **Flávio Anibal Pereira Morgado** – SESERP (Suplente), **Rodrigo Franco Pinto** –
9 SEDURB (Suplente), **Laura Cristina Ribeiro Pessoa** – SEMAM (Suplente), **Rosângela**
10 **Candido Salgueiro** – CET (Titular), **Andreia Rogeria Vinagre** – CET (Suplente), **Paula**
11 **Abreu da Silva Leal** – SEECTUR (Titular), **Melissa Fadel Martins e Silva** – SEECTUR
12 (Suplente), **Cristiane Simões Gameiro Guedes** – SEDUC (Titular), **Renato Monteiro da**
13 **Silva** – SEMES (Suplente), **Mário Jorge Santos de Carvalho Vilhena** – SMS (Suplente),
14 **Luís Trajano de Oliveira** – SEFIN (Titular), **Frederico Guilherme de Moura Karaoglan** –
15 CONDEPASA (Titular), **Daniel Passos Proença** – CAU (Titular) e **Fernanda Faria**
16 **Meneghello** – CAU (Suplente). Verificação da lista de presença acostada a esta ata, que
17 foi assinada pelos membros presentes. Iniciada a reunião, a Senhora Coordenadora
18 *Cristiane Zamari Diogo* cumprimenta os presentes, o Senhor *Tiago Leal dos Santos*, 1º
19 Secretário, entrega Lista de Presença para assinatura dos Membros da Comissão. A
20 Senhora Coordenadora iniciou apontando a importância de todos terem conhecimento de
21 tudo que tem disponível para as pessoas com deficiência na cidade de Santos,
22 independente da eficiência. Sugerindo, para as secretarias e seus respectivos
23 responsáveis e membros, trazer essas demandas, enviando mesmo que por e-mail as
24 informações que dispõe, pois isso pode fazer parte de um importante compartilhamento
25 de dados. Mencionou que, enquanto Coordenadora da CODEP, as vezes é necessário
26 responder algum processo de obra de acessibilidade, outras vezes tem que responder
27 Processo da CET, sobre as botoeiras, por exemplo, e desta forma já precisou recorrer a
28 própria pessoa que trabalha no local solicitante para dirimir dúvidas, e não
29 necessariamente teve essa resposta de forma imediata. Alega ainda que considerando o
30 prazo para responder os Processos, ter um banco de informações já registradas sobre
31 esses assuntos poderia facilitar a consulta de casos específicos e agilizar essas respostas
32 e, portanto, otimizar o trabalho de todos. A Senhora *Juliana Cunha Carlini* sugeriu que
33 dentro desse banco de Informações, poderiam ter as legislações e decretos referentes ao

34 tema que ajudariam no dia a dia, e assim saberem que podem buscar informações lá. A
35 Senhora Coordenadora concordou e informou que sobre esta questão da legislação, a
36 DICOM já estaria fazendo e em relação ao departamento de direitos humanos, cada
37 departamento, coordenadoria tem que entregar também o seu acervo de leis, para que
38 esteja disponível no portal da Prefeitura. Concluiu que isso também já estaria em
39 execução, mas acredita que ainda não está pronto. Em seguida, a Coordenadora pediu
40 para os membros se apresentarem e iniciou apresentando a si e o propósito da Comissão
41 Permanente de Acessibilidade. Mencionou ser Coordenadora do CODEP e que agora
42 também está como Presidente do CONDEFI. Informou ser a responsável pela criação da
43 Minuta criadora da CPA, pois havia uma determinação da Gestão anterior que fosse
44 estabelecida acessibilidade, mas não tinha ainda nada registrado oficialmente de que isso
45 seria realmente obrigatório entre todas as secretarias que lidam com obras na cidade.
46 Alega que para formalizar isso, essa Comissão foi instituída por decreto, em fevereiro do
47 ano passado, mas só neste ano foi possível iniciar as reuniões oficialmente. Relata ainda
48 que é sabido que, independente das formalidades e da criação dessa CPA, isso continua
49 sendo feito, tanto que vem sendo acionada pelas secretárias para continuar a dar
50 andamento nas obras de acessibilidade. A Coordenadora conclui informando que essa
51 Comissão veio para unir as pessoas, porque o trabalho já está sendo feito, e no que não
52 está sendo, pontualmente deve-se fazer a intervenção, a mediação e sempre com muito
53 respeito, pois a intenção é que Acessibilidade seja incorporada desde o início dos
54 projetos. O Senhor *Flávio Anibal Pereira Morgado*, Coordenador da Subprefeitura da Zona
55 da Orla, apresenta-se e comenta que no caso da SESERP, que é dividida por regiões, ele
56 está ciente de todos os Projetos da Zona da Orla. Alegou que sobre a Revitalização do
57 Centro e da Vila Diana não tem conhecimento de projetos, porque se concentra na parte
58 da Zona da Orla e intermediária. Sugeriu que na questão SESERP, quando tiver as
59 reuniões e for discutido questões regionais, deve-se chamar o membro da Subprefeitura
60 que a obra tenha relação. Deu o exemplo de que no Centro fosse chamado o Sr. *Cláudio*
61 *Marques Trovão*, Subprefeito da Região Central Histórica, ou um Coordenador dele.
62 Concluiu que isso é uma observação válida porque na discussão desses projetos de
63 outras áreas, Zona Noroeste, Morros, ele não estaria ciente da obra em si. Mas como
64 membro da Comissão, propõe participar junto com alguém da Subprefeitura local quando
65 for o caso. A Senhora Coordenadora do CPA concorda com a fala do Senhor Flávio e
66 contribui dizendo que independente dos presentes terem sido nomeados os membros das
67 secretarias, essa reunião é aberta a todas as pessoas envolvidas dentro do poder público.

68 O Senhor *Flávio* então se propõe a convocar a pessoa da Unidade da respectiva
69 Subprefeitura, quando as pautas das Reuniões da CPA apresentarem discussões de
70 regiões que não são as de sua competência. A Sra. Cristiane Zamari pergunta aos
71 presentes sobre quem está envolvido com a questão da revitalização do Centro. A
72 Senhora *Fernanda Rodrigues Alarcon* menciona que na SIEDI estão fazendo a
73 revitalização da Praça dos Andradas, mas não se trata de uma grande intervenção.
74 Continuam as apresentações e o Senhor *Frederico Guilherme de Moura Karaoglan*,
75 representante do CONDEPASA, se apresenta e informa que de alguma forma estão
76 envolvidos no Centro Histórico, porque o Projeto passou por lá e seu Conselho já tomou
77 ciência. Ele questiona sobre o item de Pauta na Convocação “Eleição da Coordenação”,
78 porque esta coordenação já está definida no Decreto. A Sra. Cristiane Zamari explica que
79 realmente está no Decreto, mas teriam só que oficializar, se todos estiverem de acordo
80 com essa candidatura. Menciona que existem outras pessoas da Secretaria de Governo e
81 não necessariamente teria que ser ela a Coordenadora da Comissão, só por ser a
82 Coordenadora de Defesa de Políticas de Pessoas com Deficiência, sendo ela uma das
83 representantes da SEGOV, não a única. O Senhor Frederico pergunta se será trazido o
84 Regimento Interno para a discussão e a Senhora Cristiane Zamari confirma e informa que
85 este Regimento está em processo de elaboração. Ela ainda dá ciência aos presentes que
86 está tentando desburocratizar o máximo possível, tornando-o bem simplificado. Diz que
87 pensa em uma Coordenação e um Oficial Administrativo, que também consta nos
88 Regimentos de Comissões, para poder redigir Ata, para poder fazer os encaminhamentos
89 de e-mail, pareceres, as vezes de discussões que a Comissão possa tentar entrar. Explica
90 que a ideia é contar tanto com um Oficial Administrativo, também da SEGOV, como
91 alguém como por exemplo o Senhor José Augusto Júnior, que também poderia ser
92 candidato, mas não pode comparecer. Conclui que poderia se candidatar também, por ser
93 da SEGOV, porém não necessariamente teria que ser ela, como dito, pois não quer que
94 seja algo impositivo. Por isso que quis colocar a Eleição da Coordenação da CPA como
95 pauta da reunião. Complementa que assumir a Coordenação da CPA seria mais uma
96 atribuição de sua coordenadoria, que possui bastantes políticas públicas para coordenar,
97 entretanto não se vê fora desta questão de acessibilidade dentro das obras, mesmo não
98 sendo arquiteta. Comenta que existe a lei brasileira de inclusão que amplificou muita coisa
99 em relação a acessibilidade, cerca de noventa por cento dessa lei brasileira de inclusão,
100 fala de acessibilidade, não só de inclusão e o desenho universal. Explica que esta lei traz
101 todos os conceitos de uma forma muito didática e fala no princípio da razoabilidade.

102 Continua alegando que ao se falar em revitalização do Centro, se não tiver flexibilidade e
103 não usarem as adaptações razoáveis, nada se conseguirá fazer. Conclui que existem
104 algumas legislações que vem se baseando, para poder justificar a não acessibilidade
105 plena e revitalizar o Centro, dentro da norma. A Senhora Cristiane Zamari pede para os
106 demais continuarem a apresentação. Os demais presentes brevemente se apresentam.
107 Logo após coloca-se em pauta os itens a serem discutidos para a referida reunião,
108 conforme publicação em Diário Oficial. **1) Eleição da Coordenadoria da CPA 2)**
109 **Revitalização com medidas de acessibilidade no Centro de Santos 3) Assuntos**
110 **Gerais. Item um - Eleição da Coordenadoria da CPA.** Foram propostas as
111 candidaturas, contudo não houve candidatos à Coordenação, além da Senhora Cristiane
112 Zamari Diogo. **Encaminhamento:** Por não haver nenhuma concorrência, nem objeção à
113 sua candidatura, ficou eleita por unanimidade como Coordenadora da CPA a Sra.
114 Cristiane Zamari Diogo. **Item dois - Revitalização com medidas de acessibilidade no**
115 **Centro de Santos.** **2.1) Item dois ponto um:** A Senhora Juliana Carlini pergunta se há
116 alguém na reunião que cuida da questão do VLT no Centro para saber se tem algum
117 projeto de acessibilidade nas travessias em alguma área que possa ter algum conflito com
118 algum equipamento já existente. A Senhora Rosângela Salgueiro, chefe a unidade de
119 Planejamento de transportes da CET, menciona que a CET atua nas questões de
120 sinalização e também a parte de obras e pergunta se a Sra. Andreia Vinagre tem alguma
121 informação. A Senhora Andreia informa que o projeto chega da EMTU, pois não é a CET
122 que o elabora, eles apenas verificam e propõe alguma alteração quando necessário. A
123 Coordenadora da CPA salienta que essa Comissão tem apenas caráter Consultivo e
124 Opinitivo, semelhante ao CONDEPASA. A Senhora Cristiane Zamari faz novos
125 apontamentos sobre a importância do princípio da razoabilidade ser aplicado nas obras
126 de acessibilidade, apontando para as dificuldades encontradas no Centro no que se refere
127 às questões de patrimônio histórico e sugere aprofundamento dessas questões junto ao
128 CONDEPASA. Frederico Karaoglan expõe que o Ministério Público é um fiscal muito
129 presente. Menciona que a Senhora Fernanda Alarcon e o Senhor Nelson da SEMAM
130 também são membros do CONDEPASA e portanto este Conselho está bem representado
131 e pode discutir os projetos. **2.2) Item dois ponto dois.** A Coordenadora da CPA pergunta
132 ao Senhor Rodrigo Franco da SEDURB e para a Senhora Fernanda Alarcon se sabem o
133 nome do Projeto de Revitalização do Centro. Fernanda Alarcon fala que entende se tratar
134 de um conjunto de ajustes a ser alinhado para enfrentamento mesmo das reformas que
135 vierem a acontecer com essa motivação do Prefeito em tentar fazer de vez a revitalização

136 do Centro, porque sabe-se que um dos principais entraves para o licenciamento, tanto dos
137 alvarás de funcionamento e dos alvarás de obra, é a questão da acessibilidade. Entende
138 que é uma questão de forma generalizada, não havendo nada muito pontual, porém sobre
139 as análises que vierem a ser feitas, defende que os Projetos sejam analisados caso a
140 caso inicialmente e posteriormente os casos similares podem gerar uma jurisprudência.

141 **2.3) Item dois ponto três:** Falou-se sobre a importância de se priorizar a segurança dos
142 munícipes no que se refere a guias rebaixadas, placas, sinalizações e respeito às normas
143 e ocupação da calçada de forma indevida por alguns comerciantes, visto que no Centro
144 tem se aumentado significativamente o uso da calçada por barzinhos. Fernanda Alarcon
145 sugere definir as rotas acessíveis de forma mais clara, focando na fiscalização dessa rota
146 acessível para viabilizar uma fiscalização mais eficiente. Cristiane Zamari pontua que
147 esse trabalho da rota acessível, embora possa demorar muito para ser terminado, pode
148 ser mantido, porém sem esquecer de cobrar o cumprimento das normas de circulação
149 respeitando a metragem de distanciamentos. Sugere-se iniciar um estudo para
150 potencializar as rotas acessíveis em lugares mais críticos, porém iniciando pelo Centro.

151 **2.4) Item dois ponto quatro:** O Senhor Rodrigo Franco da SEDURB traz o **Processo**
152 **Administrativo nº 65698/2021-52** para ser analisado e dado manifestação em cota pela
153 Comissão Permanente de Acessibilidade cujo assunto é “Orientação quanto retrofit de
154 imóvel”. A Coordenadora da CPA informa que esse PA está inserido na discussão e será
155 analisada a viabilidade da Consulta prévia por parte dos membros. É feita a leitura do
156 *Parecer Técnico da SETAC nº 4/2021* contido no Processo para que os membros possam
157 entender do que se trata a consulta prévia. Fernanda Alarcon questiona o ano do imóvel e
158 não se localizou essa informação no Processo. Ela informa a Comissão que para Imóveis
159 antigos pluri-habitacionais que não façam recuo, não ampliem, a acessibilidade não é
160 exigida. Diz que nesse caso como ele faria mudança de uso, passaria a exigir, conforme a
161 nova legislação. Como é um caso específico em que o térreo pertence a outro
162 proprietário, ele não pode alterar a parte de baixo por não ser dele e não poderia encaixar
163 uma plataforma. Considerando isso, o Decreto Federal da Acessibilidade diz que se você
164 tem justificativa para dificuldade estrutural e pelo código de edificações exigir apenas
165 elevador para mais de sete pavimentos, esse caso estaria dispensado da acessibilidade.
166 Informa-se que já houve um estudo de adaptação razoável e deveria constar os seguintes
167 itens na obra: corrimão da NBR 9050, piso tátil, piso de alerta e direcional e as
168 identificações nas portas. **2.5) Item dois ponto cinco:** O Senhor Frederico comenta que
169 passou pelo CONDEPASA um Projeto Urbanístico de renovação que pega desde a praça

170 dos Andradas até a Praça Rui Barbosa e também o VLT integrado, e mudanças dos
171 sanitários da Praça Mauá etc. Tal área será revitalizada e reurbanizada, havendo
172 aprovação por parte do Conselho. Comenta-se que há projeto de acessibilidade para a
173 Praça Mauá também e a possibilidade de colocação de piso tátil e mapa tátil que era a
174 ideia inicial. **Encaminhamento:** Foram dados os seguintes encaminhamentos: A CPA,
175 enquanto consulta Prévia do P.A. 65698/2021-52, está de acordo com a não exigência de
176 acessibilidade, mas entende importante que o Projeto detalhado seja encaminhado para a
177 Comissão em momento oportuno para apreciação. **Item três - Assuntos Gerais.** A
178 Coordenadora da CPA relembra os membros do Programa Calçada para Todos que não
179 vem sendo cumprido. Aponta-se que não se pode cobrar reforma e adaptações com
180 menos de trinta por cento de dano e a maioria não apresenta esse grau de deterioração e
181 pelo fato do poder público não ter recurso para custeio dessa padronização, a
182 responsabilidade pela calçada fica para o proprietário. Acordou-se com os membros que
183 as reuniões serão presenciais e acontecerão nas primeiras quintas-feiras de cada mês às
184 catorze horas e trinta minutos, com exceção da reunião de março que será realizada no
185 dia dez de março de dois mil e vinte e dois em razão do ponto facultativo. As sugestões
186 de pautas poderão ser encaminhadas por e-mail. Sem mais nada a tratar, deu-se por
187 encerrada a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos e eu, Tiago Leal dos
188 Santos, Primeiro Secretário, lavro a presente ata que vai assinada por mim e pela
189 Senhora Coordenadora. Santos, 14 de fevereiro de 2022.

190
191
192
193
194
195

CRISTIANE ZAMARI DIOGO

Coordenadora do CPA

TIAGO LEAL DOS SANTOS

1º Secretário do CPA